



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Procuradoria Geral do Estado - PGE  
Procuradoria Administrativa - PGE-PA

Parecer nº 480/2022/PGE-PA

**Referência:** Processo administrativo nº 0037.391586/2021-26 - Concorrência Pública nº 019/2021/CPLO/SUPEL/RO.

**Procedência:** Comissão de Licitação CPLO/SUPEL.

**Interessado:** Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC/RO.

**Objeto:** Construção do Centro Integrado de Operações Policiais – CIOP, no município de Porto Velho/RO.

**Valor estimado:** R\$ R\$ 7.065.947,22 (sete milhões, sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte e dois centavos).

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. RECURSO ADMINISTRATIVO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DO CREA DESATUALIZADA. NÃO AFETA A CONDIÇÃO DO PROFISSIONAL DE REGISTRADO PERANTE O RESPECTIVO CONSELHO QUANDO PUDER EXTRAIR TAIS INFORMAÇÕES. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. CONHECIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

### I. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso interposto pela licitante **A C FAUSTINO EIRELI – EPP** (0028557020), com fundamento no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.
2. Não houve apresentação de contrarrazões.
3. O presente processo foi encaminhado a esta Procuradoria a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
4. Abrigam os autos a Concorrência Pública nº 019/2021/CPLO/SUPEL/RO.

### II. ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

### III. DAS RAZÕES DE RECURSO DA LICITANTE A C FAUSTINO EIRELI – EPP (0028557020)

6. A licitante **A C FAUSTINO EIRELI – EPP**, ora recorrente, insurge contra a decisão que habilitou a recorrida **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI**, alegando o não cumprimento do item 15.3, alínea "a" do edital, visto que apresentou as Certidões de Registro e Quitação Pessoa Física relativas aos profissionais emitida pelo CREA vencidas.

7. Pugna a recorrente **A C FAUSTINO** pela inabilitação da Recorrida **MAMORÉ CONSTRUÇÕES**.

#### IV. DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO (0028847366)

8. Compulsando os autos, a Comissão julgou:

- **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **A C FAUSTINO EIRELI – EPP**, mantendo-se a decisão exarada na ata de julgamento que habilitou a recorrida **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI** no certame.

#### V. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

9. O inconformismo da recorrente **A C FAUSTINO EIRELI – EPP** recai contra a habilitação da recorrida **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI**, alegando a apresentação de Certidões de Registro e Quitação Pessoa Física do CREA vencidas, o que afronta a exigência do subitem 15.3, alínea "a" do edital.

10. Vejamos o que dispõe o subitem 15.3, alínea "a" do edital de licitação (0027406885):

a) **Comprovação de registro ou inscrição da licitante, bem como de seu(s) responsável(is) técnico(s)** – ENGENHEIRO ou ARQUITETO ou outro profissional de engenharia, **devidamente registrado na entidade competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade**, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

11. Primeiramente, há que se ressaltar que a finalidade da exigência de habilitação de apresentação de certidão de inscrição no respectivo conselho profissional, prevista no inc. I, do art. 30, da Lei nº 8.666/93, tem como objetivo a averiguação de que o licitante se encontra devidamente inscrito e registrado na entidade competente para promover a fiscalização da atividade profissional envolvida na execução do futuro contrato.

12. Compulsando os autos, verifica-se a apresentação de Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física emitida pelo CREA-RO do profissional TIAGO FERNANDO MARTINS, Engenheiro Civil, Carteira 11842D GO, com visto 6993, com prazo de validade até 01/03/2022 (0028314651 - Pág. 33), do profissional VICTOR MORETO PEREIRA, Engenheiro Eletricista, Carteira 17491D RO, validade até 21/04/2022 (0028314651 - Pág. 34) e do profissional OTAVIO HENRIQUE DOMINGOS DE ABREU E SILVA, Engenheiro Mecânico, Carteira 9252D RO, validade 24/04/2022 (0028314651 - Pág. 35), logo, pouco dias depois da abertura da licitação que ocorreu em 25/04/2022.

13. Como bem mencionado pela Comissão de Licitação na Ata de Reunião para Exame de Recurso Administrativo (0028847366), segundo o entendimento do TCU “é ilegal a exigência de quitação de anuidades do Crea para fins de habilitação, pois o art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993 exige apenas o registro na entidade”. (Acórdão 2126/2016-Plenário).

14. Considerando que a emissão de tal certidão está atrelada a quitação da anuidade, conforme se extrai dos arts. 63 a 70 da Lei nº 5.194/1966 (que regulamenta o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo), entendemos, s.m.j., que mesmo que a certidão apresentada por um dos licitantes não retrate sua situação atualizada, pode ser plenamente possível extrair da documentação a existência da efetiva inscrição nessa entidade e das informações necessárias a sua habilitação.

15. Extrai-se das certidões mencionadas que os profissionais estão devidamente inscritos no CREA-RO, com todas as informações necessárias a essa comprovação (Engenheiro Civil, Carteira 11842D GO, com visto 6993, Engenheiro Eletricista, Carteira 17491D RO e Engenheiro Mecânico, Carteira 9252D RO), caso contrário, não estariam aptos a exercerem a suas profissões.

16. Portanto, a alegação de apresentação de Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física vencida, não tem o condão de afastar a comprovação do registro ou inscrição do profissional, tal como certificado.

17. Nesse perspectiva, já decidiu o Tribunal de Contas da União no Acórdão n.º 352/2010-Plenário. Vejamos:

REPRESENTAÇÃO ACERCA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CERTAME CONDUZIDO PELA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS. CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULOS LEVES SOBRE TRILHOS - VLTS. INSUBSISTÊNCIA DAS FALHAS APONTADAS. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. (...)

4.6 Ocorre que, **não obstante a observação contida na certidão do Crea/CE** apresentada pela Bom Sinal, **quanto à perda de sua validade caso ocorresse qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, tal documento deixa patente o registro da licitante na entidade profissional competente, conforme exigência prevista no edital e na Lei n. 8.666/1993.**

4.7 Assim, apesar do procedimento licitatório ser caracterizado como ato administrativo formal (art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993), **a Comissão de Licitação não poderia se valer da questão apontada pela Representante para desclassificar sua oponente, pois, nesse caso, estaria infringindo os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, mencionados no caput do art. 2º da Lei n. 9.784/1999, e contrariando o interesse público de buscar a proposta mais vantajosa para a Administração**, uma vez que o certame ficaria restrito apenas a uma concorrente. (grifo nosso)

18. Sabe-se que o procedimento licitatório está vinculado ao formalismo moderado, no qual os atos devem se desenvolver em observância os princípios que o embasam, principalmente, o julgamento objetivo e a vinculação ao instrumento convocatório. Entretanto, o rigor excessivo e incoerente não é admissível pelos tribunais, de modo a não se sobrepor os meios aos fins almejados. Sendo assim, o ato de julgar deve estar sempre contido de razoabilidade e proporcionalidade.

21. Sobre o exposto, o Poder Judiciário está inclinando seu entendimento no sentido de que o procedimento licitatório não deve ser pautado no Princípio do Formalismo Exacerbado, de modo a desvirtuar sua finalidade pública.

23. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"Não se pode perder de vista que a licitação é instrumento posto à disposição da Administração Pública para a seleção da proposta mais vantajosa. Portanto, selecionada esta e observadas as fases do procedimento, prescinde-se do puro e simples formalismo, invocado aqui para favorecer interesse particular, contrário à vocação pública que deve guiar a atividade do administrador. (STJ - ROMS 200000625558, rel. Min. José Delgado, publicado no DJ de 18/03/2002, p. 174)".

25. Por sua vez, o Tribunal de Contas da União orienta a aplicação do Princípio do Formalismo Moderado durante a condução do certame licitatório, afastando interpretação que acarrete exigências demasiadamente formais, gerando aquisições desvantajosas para a Administração Pública (acórdão n. 357/2015-plenário).

27. Há de ser aceita também, no presente caso, o preenchimento dos requisitos de habilitação por via distinta daquela prevista no edital. Neste sentido, também citamos o seguinte Acórdão do Tribunal de Contas da União:

"5. De fato, **a administração não poderia prescindir do menor preço, apresentado pela empresa vencedora, por mera questão formal, considerando que a exigência editalícia foi cumprida, embora que de forma oblíqua**, sem prejuízo à competitividade do certame.

6. Sendo assim, **aplica-se o princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas ainda as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, tudo de acordo com o art. 2º, § único, incisos VIII e IX, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** (TCU, Acórdão nº 7.334/2009, Primeira Câmara, Rel. Min. Augusto Nardes, j. em 08.12.2009.)

28. No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se posicionou da seguinte forma:

Administrativo. Licitação. Edital. Exigência de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **Defeito menor na certidão, insuscetível de comprometer a certeza de**

**que a empresa está registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, não pode impedir-lhe a participação na concorrência. Recurso ordinário improvido.** (STJ, RMS nº 6.198, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 13.12.1995.) (grifo nosso)

29. Nesse ínterim, constata-se que foi apresentada em conjunto a Certidão de Registro e Quitação de Anuidade em plena validade da recorrida **MAMORÉ CONSTRUÇÕES** (0028314651 - Pág. 28-32), no qual consta os referidos profissionais como responsável técnico da empresa, o número dos seus respectivos registros e certifica que não há qualquer irregularidade com a pessoa jurídica, bem como com os seus responsáveis técnicos. E ainda, os atestados de capacidade técnica devidamente registrado no CREA (0028314651. Págs. 36-43, 45-65; 0028314672. Págs. 4-14), Certidão de Acervo Técnico do CREA-RO (0028314651. Págs. 44, 66-68; 0028314672. Págs. 1-3, 15) e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do CREA-RO (0028314672. Págs. 19-20, 23, 26)

30. Como cediço, é incontroverso que, ainda que o documento apresente uma irregularidade formal isso "por si" não afetaria a efetiva condição da recorrida e dos profissionais de "registrados perante a entidade competente". Em suma o vício de falta de atualização de certidão em conselho profissional não parece ferir o conteúdo principal do ato (para os fins do atendimento da exigência de habilitação), o que torna viável sua aceitação mediante análise conjunta à documentação apresentada para o fim de demonstrar a regular inscrição da empresa recorrida junto à entidade profissional competente (CREA-RO).

31. Não obstante, em casos extremos em que de fato exista a necessidade de esclarecimento imediato em tais certidões a lei permite a realização de diligência junto à entidade profissional competente ou a própria licitante, fundamentado no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e nas cláusulas do edital, no intuito, apenas, de se certificar de que a pessoa jurídica está devidamente inscrita nessa entidade, o que não impede por motivos óbvios a sua habilitação e o exercício de suas atividades profissionais.

32. Desta forma, as documentações apresentadas aparentam mostrar-se aptas a demonstrar o cumprimento das exigências contidas no edital relativas à demonstração do registro ou inscrição dos profissionais no conselho competente. Logo, entende-se que não se configurou motivo plausível para a inabilitação da recorrida.

33. Frisa-se que em relação aos aspectos técnicos partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

35. Salienta-se, por fim, que a habilitação não é um fim em si mesmo, e sim um meio de reduzir a assimetria de informações do Estado com os competidores no mercado. Caso a recorrida não execute o objeto de acordo com especificação técnica do Edital e conseqüentemente, da proposta ofertada, estará sujeita a imputação de multas e demais sanções consignadas na peça balizadora do certame, cabendo ao Órgão de Origem a sua fiscalização.

## VI. CONCLUSÃO

37. Ante o exposto, sob o viés jurídico, esta Procuradoria **não vislumbra qualquer irregularidade na decisão da Comissão de Licitação, a qual negou provimento ao recurso apresentado pela recorrente.**

39. O presente parecer apenas terá validade após o aprovo por parte do Procurador Geral do Estado de acordo com o art. 11, V, da LCE n. 620/2011 e arts. 8º, § 3º c/c 9º, II, da Resolução n. 08/2019/PGE/RO.

41. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso à decisão superior, conforme previsto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/93, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

---

Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO CORREA BORGES, Procurador(a)**, em 01/06/2022, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0029164740** e o código CRC **5F30B884**.

**Referência:** Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0037.391586/2021-26

SEI nº 0029164740